



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de julho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Estela Benetti	Data: 09/07/2015
Assunto: Fiesc		Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO QUE FAZ SENTIDO

Vem aí mais uma iniciativa para melhorar a qualidade de ensino nas escolas públicas. Cerca de 32 instituições do Estado concordaram em participar do projeto da Fiesc *Escola parceira: educação que faz sentido*, apresentado ontem na reunião do conselho de governança do Movimento A Indústria pela Educação. A intenção é

contribuir para que essas escolas se tornem modelos de educação de qualidade a serem replicados. Esta será importante missão dos jovens embaixadores do movimento com as Câmaras Regionais de Educação da Fiesc no Estado. O presidente da federação, Glauco José Côrte (D), conversou com os já engajados jovens embaixadores de Lages.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Caderno Universitário

Data: 09/07/2015

Assunto: Eleições escolares

Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

REDE ESTADUAL TERÁ A PRIMEIRA ELEIÇÃO EM TODAS AS ESCOLAS DE SC

Estudantes, pais, professores e funcionários de todas as 1,1 mil escolas estaduais de SC se preparam para escolher os diretores de suas instituições – muitas pela primeira vez. Mas não espere jingles ou distribuição de santinhos pelos corredores: ao invés de propagandear, cada candidato, junto de sua equipe, precisará mostrar que tem o melhor planejamento técnico para o cargo, com mandato de quatro anos.

Os candidatos começarão a enviar os planos em agosto e a escolha será em novembro. Trata-se de um processo iniciado em 2013, mas que irá ocorrer de fato em todas as unidades do Estado neste

ano: não se elege o diretor em si, mas o Plano de Gestão desenhado por ele e sua equipe. A portaria que regulamenta a disputa deste ano foi publicada no Diário Oficial de SC na última semana, mas a Secretaria de Educação (SED) deve expor detalhes do processo em videoconferência com as unidades escolares hoje.

O processo difere de uma eleição comum. Antes de mais nada, candidatos precisam enviar o plano de gestão à SED para ser avaliado por especialistas. Aprovado o documento, começa a etapa de discussão e votação em reuniões com a comunidade. Importante ressaltar que, mesmo nas escolas com candidato

único, será necessário botar a mão na massa e fazer um planejamento: para ser eleito, quem não tem adversários precisa convencer pelo menos “50% mais um” dos eleitores.

Em junho do ano passado, 40 escolas passaram pelo processo. Eram as que estavam sem diretores por motivos diversos. A mudança tira SC do topo de um ranking nada desejável: em 2013, o Estado tinha 86% dos diretores indicados politicamente, figurando entre os seis últimos em que os cargos eram indicados.

SC passou por experiência semelhante nos anos 1990, mas a lei que determinava eleições foi revogada. Poucas unidades mantiveram o processo depois disso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EMBORA VEJA NO FIM DAS INDICAÇÕES UMA MUDANÇA POSITIVA, O SINDICATO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE SC (SINTE) CRITICA A FORMA COMO ISSO OCORRERÁ. PRIMEIRO, PORQUE OS PLANOS PASSARÃO POR ANÁLISE TÉCNICA, ABRINDO ESPAÇO PARA FAVORITISMOS, NA OPINIÃO DO DIRETOR LUIZ CARLOS VIEIRA. PARA ELE, O FILTRO DEVERIA SER A SOCIEDADE, E NÃO UMA COMISSÃO.

ALÉM DISSO, ELEITORES TÊM PESOS DIFERENTES: PAIS VALEM DOIS VOTOS; FUNCIONÁRIOS E ALUNOS, SOMENTE UM.

— PARA NÓS, VOTO É VOTO. TODOS TÊM QUE TER O MESMO PESO, SENÃO NÃO É DEMOCRÁTICO.

COMO SERÁ O PLEITO

- Candidatos a diretores devem publicar os planos de 3 a 21 de agosto no site da Secretaria de Educação.
- Até 1º de outubro, a comissão técnica analisará os planos. O grupo será formado por profissionais da área, que podem indicar mudanças.
- As discussões públicas devem começar após a aprovação dos planos e terminar dois dias antes do pleito.
- As votações serão nos dias 19 ou 20 de novembro, dependendo da escola. Vence o plano - e conseqüentemente, o diretor e sua equipe - com mais votos válidos.
- Pais e responsáveis têm peso 2 na votação. Estudantes, professores e servidores, peso 1. Cada família pode votar uma única vez por escola.
- Maior escola de SC, o Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis, não participará do processo porque tem escolha própria.



Notícias do Dia

Professores avançam acordo

KELI MAGRI

keli.magri@noticiasdodia.com.br

END_Online

Das 11 reuniões propostas na mesa de negociação entre o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) e a Secretaria de Educação, que encerrou a greve há exatamente um mês, cinco foram realizadas até agora e apontam avanços para a categoria. O governo aceitou anistiar a faltas dos professores em greve de 2012 a 2014 e publicou o decreto para impedir que as ausências retenham a progressão na carreira do magistério.

O prazo das negociações se encerra em 4 de agosto. Categoria e governo ainda esbarram em um impasse: a forma de descompactação da tabela, que visa preservar a diferença entre professores com graduação e nível médio para recuperar a valorização de quem tem mais tempo de carreira. O Estado propõe progressão a

cada três anos, com 120 horas de capacitação e reajuste de 3,5% no vencimento. O Sinte não aceitou e apresentou proposta intermediária, com reajuste de 4,6%.

Para avançar na pauta, a categoria espera a apresentação pelo governo, na próxima reunião, na semana que vem, do impacto financeiro da proposta de descompactação e o investimento previsto no novo plano de carreira. "Sem isso não podemos avançar", disse o coordenador estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, ao alegar ganhos na negociação. "Foi diferente dos outros anos, o governo apresentou propostas", afirmou.

O coordenador da negociação por parte do governo, Décio Vargas, disse que a negociação está no meio do caminho e que o governo avança na análise técnica e financeira da proposta do Sinte. "Essa primeira etapa foi mais para aproximar pontos. Agora vamos trabalhar no novo plano da carreira", detalhou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 09/07/2015

Assunto: Recursos

Página: 31

Notícias do Dia

Educação

Para o deputado Pedro Uczai, que esta semana esteve no Ministério da Educação, a importância da criação do sistema educacional possui a mesma importância como o financiamento da área e a qualidade do ensino. Para o petista, ao passo em que existe hoje uma estrutura como o SUS, é preciso que o Brasil disponha de um dispositivo similar apenas para a educação. Uma pauta legislativa está sendo elaborada para a implantação do Sistema Nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 09/07/2015
Assunto: Escolha de diretores		Página: 13

A NOTÍCIA

SC terá eleição em todas as escolas

Estudantes, pais, professores e funcionários de todas as escolas estaduais de Santa Catarina se preparam para escolher os diretores de suas instituições. Cada candidato terá até agosto para criar seu planejamento técnico para o cargo e o pleito será em novembro. O mandato para diretor é de quatro anos.

As eleições em SC começaram em 2013 em algumas instituições, mas este ano será a primeira vez que ocorre em todas as unidades do Estado. A portaria que regulamenta a disputa deste ano foi publicada no Diário Oficial na última semana, mas a Secretaria de Educação (SED) deve expor detalhes do processo em videoconferência com as unidades escolares hoje.

O processo difere de uma eleição comum. Os candidatos precisam enviar o plano de gestão à

SED para ser avaliado por especialistas. Aprovado o documento, começa a etapa de discussão e votação em reuniões com a comunidade. Mesmo nas escolas com candidato único, é necessário fazer um planejamento: para ser eleito, quem não tem adversários precisa convencer pelo menos 50% mais um dos eleitores.

Em junho do ano passado, 40 escolas passaram pelo processo. Eram as que estavam sem diretores. A mudança tira o Estado do topo de um ranking indesejável: em 2013, SC tinha 86% dos diretores indicados politicamente, figurando entre os seis últimos em que os cargos eram indicados.

Santa Catarina passou por experiência semelhante nos anos 1990, mas a lei que determinava eleições foi revogada. Poucas

unidades mantiveram o processo depois disso.

Sindicato teme favoritismo

Embora veja no fim das indicações uma mudança positiva, o Sindicato dos Professores Estaduais de SC (Sinte) critica a forma como isso ocorrerá. Primeiro, porque os planos passarão por análise técnica, abrindo espaço para favoritismos, na opinião do diretor Luiz Carlos Vieira. Para ele, o filtro deveria ser a sociedade, e não uma comissão.

Além disso, eleitores têm pesos diferentes: pais valem dois votos; funcionários e alunos, somente um.

– Para nós, voto é voto. Todos têm que ter o mesmo peso ou então não é democrático.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 09/07/2015
Assunto: Secretário Eduardo Deschamps		Página: on-line



CORREIO LAGEANO

Presença cativa

O secretário da Educação de SC, Eduardo Deschamps, dificilmente deixa de ir ao Congresso Nacional toda semana, convidado para audiências públicas e debates. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), marcou presença, lá, anteontem, em debate sobre projeto de reforma do ensino médio. Uma das mudanças previstas é que os alunos poderão direcionar o currículo de acordo com quatro áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Também poderão focar sua formação no ensino profissionalizante. O projeto foi aprovado por comissão especial no fim do ano passado e agora depende de análise do Plenário. Deschamps defende um projeto mais geral, para não engessar diretrizes curriculares.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: Base Nacional Comum		Página: Online



“A Base Nacional Comum impactará não apenas no currículo, mas no ambiente escolar, na formação de professores e na elaboração do material didático”, aponta o presidente do Consed

A Base Nacional Comum irá definir o que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender em todas as etapas escolares. Trata-se de uma das mais importantes ações para a melhoria da qualidade da Educação do país. O documento está sendo elaborado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), em colaboração com o CONSED e a UNDIME, e deverá passar por diversas consultas públicas. De acordo com o Plano Nacional de Educação, o prazo para a apresentação do documento final é junho de 2016.

O presidente do Consed e secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, afirmou que “a Base Nacional Comum não é a solução de todos os problemas educacionais do país, mas seguramente é o principal trajeto em direção a uma Educação de qualidade para todos”.

“A definir da Base Nacional Comum impactará não apenas no currículo, mas na forma da gestão da escolar, na formação de professores, na elaboração do material didático entre outros componentes da gestão educacional”, elencou o presidente do Consed.

Deschamps também ressaltou a necessidade de desmitificar o entendimento de uma base que engessar o dia a dia da sala de aula. “Não se trata de um currículo único para todo o Brasil, mas sim a definição de um padrão do que é fundamental que seja ensinado, guardando espaço para a diversificação e respeitando a autonomia do professor, além do olhar sobre as características regionais”.

Manuel Palácios, secretário de Educação Básica do MEC, afirmou a importância da construção de consenso entre União, estados e municípios para a construção da Base Nacional Comum. Ele ressaltou a importância, desta nova etapa, de criação do documento inicial que será elaborado por especialistas (acadêmicos, professores e coordenadores das redes). Para o presidente da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte/ CE, Alessio Costa Lima, a discussão da Base



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nacional Comum é essencial para impulsionar o processo de construção do Sistema Nacional de Educação. Segundo ele, é importante estabelecer uma base nacional comum que respeite a autonomia dos entes federados, considere a diversidade brasileira em todos os seus aspectos e que seja construída de forma democrática e coletiva. "Além disso, a Base Nacional é imprescindível para assegurar o acesso ao conhecimento comum e necessário à formação de todo brasileiro".

No período da tarde, os mais de 150 convidados, entre pesquisadores e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação, contarão com as trocas de experiências de palestrantes como Dave Peck, CEO da Curriculum Foundation e Max Moder, consultor educacional da UNESCO e um dos responsáveis pela construção do currículo chileno nas áreas de História e Ciências Sociais.

O Seminário Base Nacional Comum

O Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Movimento pela Base Nacional Comum, organizam o Seminário Internacional "Base Nacional Comum: o que podemos aprender com as evidências nacionais e internacionais", que acontece em Brasília, no dia 8 de julho.

O Seminário Internacional propõe abordar evidências de pesquisas e insumos técnicos para gerar um debate de qualidade sobre a Base Nacional Comum.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: Ensino Médio	Página: Online	



Reforma do ensino médio não deve se limitar a conteúdo

A reformulação do ensino médio e a construção de uma base nacional curricular comum para essa etapa foram temas de discussão ontem (7) em seminário na Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados. O integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) José Fernandes de Lima alertou que a base nacional comum não deve se limitar a uma lista de conteúdos, mas ir além e tratar, por exemplo, da formação dos professores e da relação entre União, estados e municípios.

Lima destacou ainda que o currículo comum não pode partir da opinião de apenas uma pessoa ou organização, mas ter o consenso da sociedade. "Uma agenda educacional de um país não pode deixar de responder a três coisas: para quem temos que oferecer educação, para quê e como vamos oferecer essa educação."

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a base nacional curricular comum da educação básica deve estar concluída até junho do ano que vem.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps, considera que, atualmente o conteúdo do ensino médio está direcionado para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Estamos fazendo um Enem modelador dos currículos como se o ensino médio fosse uma etapa de transição para a faculdade", disse.

Na avaliação de Deschamps, não é possível resolver os problemas do ensino médio sem focar na etapa anterior, que são os anos finais do ensino fundamental. "No ensino fundamental 2, começa o grande problema que só é reforçado na hora de entrar no ensino médio. O problema não está todo no ensino médio. Se não tivermos o olhar sobre o fundamental 2, o projeto de uma base nacional comum será inócuo."

O diretor de Currículo e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Ítalo Dutra, ressaltou a importância de um esforço conjunto entre União, estados e municípios na construção da base nacional comum. "É o esforço de produzir um entendimento nacional em torno desse assunto, que precisa ser revisado periodicamente e pensado do ponto de vista de um pacto federativo", afirmou.

Ele informou que o MEC está recebendo documentos curriculares dos entes federados que vão contribuir para a elaboração de um texto da base comum a ser colocado em consulta pública. Ítalo Dutra ressaltou que é preciso discutir também a forma como a base comum será colocada em prática. "Pensar em organização curricular para o ensino médio significa também discutir como isso será operacionalizado do ponto de vista de estados e municípios."

Para a presidenta da União Brasileira dos Estudantes (Ubes), Bárbara Melo, o atual modelo do ensino médio é pouco atraente por estar distante da realidade dos jovens e ter conteúdos que não dialogam entre si. Mudar esses pontos é fundamental para elaborar uma base comum, disse Bárbara, que também destacou a importância de incluir conteúdos locais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"O conteúdo muitas vezes parece desconectado. A pessoa vê física em um quadrado, biologia em outro", observou Bárbara. "É importante que o ensino seja integrado. E a escola precisa absorver novas tecnologias. É um absurdo o estudante não poder usar o celular em sala. Não é uma tecnologia dentro de sala que vai fazer o aluno se distrair, é a forma como o conteúdo é dado."

O deputado Wilson Filho (PTB-PB) também considera o atual modelo ultrapassado e diz que é necessário reformular o ensino médio para garantir a permanência dos estudantes nas salas de aula e estimular também os professores. "Todos concordamos que o atual modelo do ensino médio está desinteressante e ultrapassado. É um modelo desinteressante para estudantes e professores, e temos a obrigação de mudar isso", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: Meditação		Página: Online



SANTA CATARINA



Crianças praticam meditação para relaxar em escola pública de SC

*Professora incentiva que alunos repitam 'Eu estou em paz' em aula.
Escola municipal fica a 40 quilômetros do Centro de Florianópolis.*

Uma escola municipal de Florianópolis aderiu a aulas de meditação para ajudar a disciplinar os alunos. A iniciativa tem refletido na atenção e no bem-estar das crianças, conta a professora Rosângela Martins, idealizadora da ação.

A Escola Lupércio Belarmino da Silva fica no Sul da Ilha, na Caieira da Barra do Sul, a 40 quilômetros do Centro da capital.

O momento ocorre durante as aulas de educação física. São de três a cinco minutos, onde os alunos repetem "Eu estou em Paz" e fazem respirações profundas. A RBS TV acompanhou uma aula da turma de segundo ano do ensino fundamental, com alunos entre 7 e 8 anos.

A professora garante que a prática não está ligada a religião. Para ela, a meditação aprimora a memória, criatividade e a capacidade dos alunos de absorção dos conteúdos, além de ajudar na interação com os colegas e diminuir a ansiedade.

"Às vezes, o conflito que a criança traz para a escola era de casa. Aqui ela vai refletir, vai pensar se aquilo é bom para ela. E se a criança se sente melhor, ela leva isso para a família dela", diz Rosângela.

A diretora da escola, Vanda Hickmann, apoia a ação. "Com certeza faz diferença em todas as disciplinas. A criança com a mente mais tranquila aprende mais", conta.

"Relaxa todo mundo e a gente fica em paz. Em vez de estar brigando e se estressando, a gente para um pouco, faz uma roda, e a professora começa a explicar pra gente", explica uma das estudantes.

Outro aluno avalia: "Faz a gente se sentir melhor, ver que o universo está em paz, que o mundo inteiro tá em paz". "Assim, a gente esquece das coisas ruins que passaram. O que passou, passou", complementa um dos estudantes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: Educação Básica		Página: Online

EM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL - F. O. B. - WWW.FOLHADESP.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Governo quer antecipar currículo nacional de ensino, diz ministro

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou nesta quarta-feira (8) que a pasta pretende antecipar a construção de um currículo nacional para a educação básica para antes de julho de 2016.

O prazo anterior para a apresentação de uma proposta de uma base nacional comum de ensino havia sido dado com a sanção do Plano Nacional de Educação, no ano passado.

"Temos um prazo de um ano, mas nossa intenção é tentar avançar mais rápido, preservada uma ampla discussão", afirmou Janine, durante um seminário sobre o tema em Brasília.

O ministro, no entanto, evitou falar em datas possíveis. A antecipação ocorre devido à necessidade de discutir mudanças também na formação dos professores e nos materiais didáticos –que devem ser adequados à nova proposta.

O presidente do Consed, conselho que reúne secretários estaduais de educação, Eduardo Deschamps, que participa das discussões, prevê que o documento esteja pronto até o início do ano que vem, quando deve ser enviado ao CNE (Conselho Nacional de Educação).

"Quanto antes tivermos um documento que use o tempo necessário, isso vai ajudar na implementação", afirma.

CURRÍCULO

A discussão sobre um currículo nacional, no entanto, tem sido alvo de divergências entre diferentes atores da educação.

Encarregado da tarefa, o Ministério da Educação instituiu neste mês 29 comissões responsáveis por elaborar um primeiro esboço do currículo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A intenção é definir um percentual de conteúdo nacional e deixar o restante a critério das redes de diferentes regiões do país. O modelo é pensado pelo MEC a partir de disciplinas tradicionais como história, matemática e geografia.

Para Janine, é importante que essa proporção, no entanto, permita a autonomia dos Estados e municípios.

Ele também rebate críticas sobre uma possível necessidade de redução de disciplinas, sobretudo no ensino médio.

"Criou-se quase um lugar comum de que haveria um excesso de disciplinas, e que se deveria retirar algumas como artes, filosofia e sociologia. Mais importante que o número de matérias, é a articulação entre elas. É melhor termos 13 matérias bem articuladas entre si do que nove ou dez desparelhadas", diz.

'IDEOLOGIA DE GÊNERO'

Mais cedo, em audiência no Senado, o ministro também negou atrasos no Plano Nacional de Educação e disse lamentar que Estados e municípios tenham concentrado as discussões sobre os respectivos planos de educação apenas no tema de "ideologia de gênero".

"Não existe ideologia de gênero. Existe uma realidade de jovens que estão descobrindo seu corpo, sua sexualidade, e que devem ser livres, sem nenhuma imposição, seja por um lado ou pelo outro. Isso não é ideologia. É uma realidade", rebateu.

Pressionados pelas bancadas religiosas, deputados de ao menos oito Estados retiraram dos planos estaduais de educação, que traçam diretrizes para o ensino nos próximos dez anos, referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual, conforme a Folha mostrou no fim de junho.

"É uma pena que essa questão tenha assumido um peso e um certo desvio", disse Janine. "Educação é diversidade, é acolhimento, e é democracia."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: PNE		Página: Online



GRANDE MAIORIA DOS MUNICÍPIOS JÁ TEM SEUS PLANOS SANCIONADOS

Propostas devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional

Fonte: Portal MEC

O estado do Amapá é o primeiro a sancionar tanto o plano estadual de educação como os planos municipais de todos os seus 16 municípios. Ao estado do Tocantins, por sua vez, falta sancionar apenas o plano estadual de educação e o da capital, Palmas. O prazo para estados, Distrito Federal e municípios elaborarem seus planos estaduais de educação se encerrou no dia 24 de junho.

Os planos estaduais e municipais de educação devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional. O Ministério da Educação oferece apoio suplementar aos municípios e estados para elaboração dos planos.

Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul são as unidades da Federação com planos já sancionados; Tocantins e Distrito Federal já aprovaram seus planos nas assembleias legislativas e aguardam a sanção.

Municípios – Entre os 5.570 municípios, 4.639 cumpriram todas as fases e estão com os planos sancionados; 414 já aprovaram as leis; 281 enviaram o projeto de lei à câmara de vereadores; e 80 elaboraram o projeto de lei. Apenas seis municípios ainda não iniciaram o trabalho de elaboração ou adequação do plano.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foi instituído pela Lei 13.005/2014 e tem 20 metas que, ao todo, são amparadas por mais de 250 estratégias. Para que o PNE se concretize como política de estado integrada e colaborativa, os planos de educação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios precisam estar alinhados a ele.

Assessoria de Comunicação Social



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 09/07/2015
Assunto: Recursos		Página: Online



TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PEDEM MAIS RECURSOS AO MEC

Estudantes, professores e trabalhadores técnico-administrativos protocolaram manifesto contra os cortes no orçamento e por mais investimentos na Educação Pública

Fonte: Agência Brasil

Estudantes, professores e trabalhadores técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior protocolaram hoje (7) no Ministério da Educação (MEC) um manifesto contra os cortes no orçamento e por mais investimentos na educação pública. Eles alegam que o corte de R\$ 9,4 bilhões no setor comprometeu as condições de trabalho e de estudos e inviabilizou atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

Nesta manhã, cerca de 4 mil estudantes e trabalhadores em educação, segundo dados das respectivas entidades, fizeram a Caravana Nacional em Defesa da Educação Pública, caminhando pela Esplanada dos Ministérios até a sede do MEC. Eles esperavam ser recebidos pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, mas apenas protocolaram o manifesto.

Desde o dia 28 de maio, os professores e técnicos estão em greve. A paralisação atinge 65 instituições federais, no caso dos técnicos, e 32, no caso dos professores.

"A situação está insustentável dentro das universidades públicas: não há recurso para nada, os cortes foram muito profundos, e a nossa luta é para reverter esses cortes", disse o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Paulo Rizzo. "O governo adotou o ajuste fiscal como uma política, como se essa fosse a única fórmula para resolver o problema da crise", disse Rizzo, que defende outros caminhos para resolver a situação econômica atual.

"Não dá para aceitar uma lógica de corte de orçamento, de precarização do funcionamento, demissão de terceirizados – isso é uma situação de desmonte das universidades e também reflete na situação do trabalho, na questão de não negociar a carreira, o salário dos professores e dos técnico-administrativos. Não dá para fazer expansão sem recursos que a sustentem, não dá para fazer um ensino de qualidade se



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

não tiver assistência estudantil para manter os estudantes nas instituições", acrescentou o coordenador da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Rogério Marzola.

O manifesto diz que os cortes agravaram a situação das obras inacabadas, laboratórios mal equipados e que há falta de docentes e técnico-administrativos, além de destacar os cortes na assistência estudantil, "fundamental para a permanência de estudantes socialmente fragilizados".

À tarde, a marcha seguiu para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde os trabalhadores em educação aguardam, com outros servidores públicos, o resultado das negociações de reajuste salarial com o governo.

Segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, participaram do ato cerca de 700 trabalhadores. O reajuste deve ser definido até agosto, quando o governo enviará ao Congresso Nacional projetos de lei prevendo os gastos.

No chão, em frente ao ministério, os trabalhadores dispuseram vários cartazes pedindo melhores condições de trabalho nas várias categorias. Eles também protestam contra o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que trata de regras para a terceirização de trabalhadores, aprovado em plenário na Câmara dos Deputados e que aguarda apreciação do Senado.

Além dos professores e técnicos, estão em greve os servidores do Judiciário Federal. No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os servidores entraram hoje (7) em greve por tempo indeterminado.